



Gotod'água

Informativo do Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia Ano XXXIII – Nº 37 – 11 de novembro de 2019

RAUL SPINASSÉ/FOLHAPRESS

**PARCERIA
PÚBLICO-PRIVADA
É PRIVATIZAÇÃO
DISFARÇADA**

Privatização do saneamento terá efeito devastador. Fim da Embasa deixaria dívida de 13 bilhões para o estado

ETE DE VITÓRIA DA CONQUISTA

Essa projeção é resultado dos estudos feitos diante de um cenário analisando os efeitos que a privatização causará ao estado, à classe trabalhadora e também aos municípios. O PL 3261, que altera o marco do saneamento e abre o setor à privatização, pode ser votado por volta do próximo dia 20 na Câmara dos Deputados. O Sindicato mantém vigilância absoluta e participa das articulações contra essa proposta. **PÁGINA 2**

Novembro Negro traz uma história que a história não conta

Seja com a marcha de retorno dos Heróis dos Búzios, seja com as vozes que se levantaram contra o racismo, o Novembro Negro esta repleto de atividades na Bahia e em especial em Salvador. **PÁGINA 3**

SESSÃO ESPECIAL MARCA 50 ANOS DA MORTE DE MARIGHELLA
PÁGINA 4

UMA NOVA VEZ CHEGA PARA O SANEAMENTO RURAL NA BAHIA
PÁGINA 6

PRIVATIZAÇÃO DO SANEAMENTO

FOTOS: EDMILSON BARBOSA

Aprovação do PL 3261 terá efeito devastador.

Na Bahia, Embasa deixaria dívida de R\$ 13 bilhões

Estudos feitos pela Embasa revelam que, se a privatização do saneamento for aprovada tal como previsto no Projeto de Lei 3261, que tramita no Congresso Nacional, resultará num prejuízo de R\$ 13 bilhões a ser suportado pelo governo estadual. Será fruto da desvalorização do capital da empresa (só aí R\$ 5,7 bilhões), além de outros montantes significativos em relação a pagamento de contratos, financiamentos, perda de investimentos e obras em execução.

Além da desvalorização da Embasa, a privatização terá um efeito devastador porque provocará a perda de R\$ 2,2 bilhões em dívidas da empresa já contabilizadas (até junho deste ano), perda de R\$ 619 milhões mensais a pagar na parceria público-privada com a BRK (emissário submarino), R\$ 385 milhões de financiamentos junto a vários agentes financeiros, como Caixa Econômica e BNDES, para continuidade de obras, R\$ 1,1 bilhão junto à Caixa e BNDES do financiamento de outras obras e R\$ 420 milhões de contratos via Orçamento Geral da União, deixando de fora, ainda, rescisões com fornecedores diversos, penalidades com o final antecipado dos contratos e passivo trabalhista.

Faz parte desse quadro, ainda, R\$ 2 bilhões de um contrato de financiamento, já



em andamento, firmado com o Banco do Nordeste do Brasil, KfW (banco alemão) e o Banco Mundial. Também teria no cenário o pagamento de algo em torno de R\$ 700 milhões com indenizações trabalhistas.

Esse cenário de avaliação é o retrato atual da Embasa, que opera em 368 municípios mas só tem contratos de programa firmados com 135 deles. Um novo contrato será assinado no próximo dia 18, com Lauro de Freitas, município que figura na pequena lista dos superavitários atendidos pela empresa. Isso quer dizer o seguinte: dos 368 atendidos pela Embasa, apenas uns 20 geram receita positiva, que é utilizada para sustentar serviços oferecidos em municípios de baixa arrecadação (a maioria, como se vê). Isso é o chamado subsídio cruzado, mecanismo que o PL 3261 quer acabar. Basta citar que esse total de contratos firmados (135) gera o equivalente a apenas 18% de arrecadação da empresa, muito baixo, portanto.

É óbvio que a aprovação da privatização também terá consequências extremamente danosas para o quadro de pessoal. A Embasa deixará de se fazer presente em diversos municípios onde atua e não vai querer alocar em outras unidades todo o pessoal de onde ela se ausentar (onde perder o contrato). Isso sem falar nas consequências sociais, transferências de pessoal (no que interessar a ela, vide o exemplo da Petrobras).

Se o estado da Bahia vai sofrer essa enorme carga de prejuízo e ter um salto no quadro de desemprego, os municípios também não estarão imunes ao problema. Seja aquele que tem contrato, seja o que não tem, caso ocorra a privatização dos serviços (com o consentimento ou não deles) terão de indenizar os ativos não amortizados. Terão ainda de arcar com vários pagamentos próprios da prestação do serviço.

O município também corre o risco de assumir diretamente a prestação dos serviços, caso da licitação ser declarada deserta (não ter interessados), pois o projeto de lei só prevê essa forma de serviço, além da licitação. E, assumindo os serviços diretamente, caberá ao município cumprir as metas impostas pela lei, que não são poucas, assumindo elevado grau de endividamento para o tesouro municipal.

Para bom entendedor, esse quadro sobre a Bahia e a Embasa, caso aconteça a privatização, vai se repetir em praticamente todos os estados, todas as companhias estaduais e a maioria dos municípios, tendo um efeito devastador. O PL 3261 pode entrar em votação por volta do próximo dia 20, conforme promessa do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, grande defensor da privatização em geral e que pretende assumir a paternidade de todos os projetos nesse sentido, indo além da vontade do governo entreguista de Bolsonaro.

Supremo decide cumprir a Constituição e garante o direito à ampla defesa

Depois de uma longa sessão de julgamento, na última quinta (7), finalmente o Supremo Tribunal Federal (STF) resolveu fazer cumprir a Constituição Federal e o Código de Processo Penal e determinou que a prisão só é válida após o trânsito em julgado de todos os recursos, e não após o julgamento em segunda instância.

Entre 2016 e 2019, quando vigorou entendimento divergente do previsto na CF 88, muitos abusos foram cometidos no sistema judicial do Brasil. A decisão tomada na última quinta põe fim a um período de trevas, dominado pelo arbítrio judicial, quando alguns juizes se utilizavam

de artifícios jurídicos para fazer perseguição política aos cidadãos, em atos típicos de estados fascistas. Esse tipo de ação é conhecida fora do Brasil pelo termo “lawfare” (uso da lei para fins de perseguir).

Trata-se de um julgamento histórico, que devolve o Brasil ao estado democrático de direito e assegura a você, cidadão, o direito à ampla defesa e ao esgotamento de todos os recursos antes de eventual prisão. Cabe agora aos movimentos sociais lutar pela ampliação das defensorias públicas para que essa regra seja acessível à toda a população, inclusive a parcela que não pode pagar um advogado.

NOVEMBRO NEGRO

- LEI Nº 7.716/89 – LEI CAO
- ENUMERAÇÃO DE CONDUTAS
- CRIMES DOLOSOS, IMPRESCRITÍVEIS E INAFIANÇÁVEIS
- AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA
- CABIMENTO DA LIBERDADE PROVISÓRIA, APLICACÃO DAS MEDIDAS CAUTELARES (ART. 319 DO CPP) E SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO (ART. 89 DA LEI Nº 9.099/95)
- NÃO SÃO CRIMES HEDIONDOS – PENAS VARIAM DE 01 - 05 ANOS, ALÉM DA MULTA.



Vozes de resistência se levantam contra o racismo



Recontar a saga da população negra não é tarefa fácil, mas é obrigatória, e assim a Bahia aproveita a passagem de mais um “Novembro Negro” para tratar dessa questão. Uma dessas abordagens aconteceu semana passada, na Assembleia Legislativa, durante audiência da Comissão Especial da Promoção da Igualdade, intitulada “Todas as vozes, todas as leis contra o racismo” e da qual o Sindae esteve presente.

“Meu nego, deixa eu te contar, a história que a história não conta” – cantou Matilde Charles, apontando para o tamanho do sofrimento e a invisibilidade que a sociedade ainda pretende dar ao problema causado pelo racismo. Com esse verso impregnado

no ambiente da sessão, a nossa diretora de Formação Sindical, Nadilene Nascimento, acusou que “a população negra é a principal vítima de todo o sofrimento que a sociedade pode impor ao ser humano”.

Presidente da Comissão da Igualdade, a deputada Fátima Nunes disse que não basta ter na gaveta leis contra o racismo, é preciso que seja internalizada pela sociedade. Ainda segundo ela, políticas públicas são necessárias para o combate das desigualdades, do preconceito e, ao mesmo tempo, o desenvolvimento de uma cultura de paz. Também houve uma homenagem a Dandara e a Zumbi, duas grandes lideranças negras, além de outros mártires da luta racial.

“A população negra é a principal vítima de todo o sofrimento que a sociedade pode impor ao ser humano”.

Nadilene Nascimento
Diretora de Formação
Sindical do Sindae

Heróis dos “Búzios” são lembrados e fortalecem o combate ao racismo

Uma caminhada ruidosa, de protesto, à altura dos homenageados, marcou a Caminhada de Retorno dos Mártires da Revolta dos Búzios na última sexta (8), entre as praças da Piedade e Municipal. Ao final do ato, uma sessão especial na Câmara dos Vereadores celebrou a memória dos heróis e heroínas da revolução baiana, fortalecendo a resistência da população negra contra o racismo e todo tipo de opressão.

A caminhada fez o trajeto inverso ao feito no dia da morte de Lucas Dantas, Manuel Faustino, João de Deus e Luiz

Gonzaga, líderes da Revolta dos Búzios que terminaram enforcados e esquartejados na Praça da Piedade em 8 de novembro de 1799, após deixarem a prisão que funcionava justo no prédio que hoje abriga a Câmara de Vereadores.

Tanto a marcha quanto a sessão fizeram parte das celebrações pelo “Dia Municipal em Memória dos Mártires dos Búzios”, propostas da vereadora Marta Rodrigues (PT). Segundo ela, é preciso fortalecer a história do povo negro e sua histórica luta contra o racismo e pela justiça social.

“

Os poderosos podem matar uma, duas ou três rosas, mas jamais conseguirão deter a primavera inteira.

”

Che Guevara



História de luta de Marighella é reverenciada em sessão especial

Os 50 anos de morte do ex-deputado e guerrilheiro baiano Carlos Marighella foi marcado por uma sessão especial na Assembleia Legislativa da Bahia. Proposta pelo deputado Hilton Coelho (Pso), na última quinta (7), serviu ao mesmo tempo para celebrar a memória de militância política e intelectual de Marighella e marcar a importância da resistência ao atual contexto político nacional.

Filiado do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Marighella foi considerado à época inimigo número um da ditadura militar. Foi assassinado numa emboscada em São Paulo. Em 1996 o estado brasileiro reconheceu a responsabilidade pela morte dele.

A história dele foi “narrada” por artistas através da música e da poesia, na presença de familiares, representantes dos movimentos sociais, incluindo do Sindae, além de ex-presos políticos, parlamentares e integrantes da Comissão Nacional da Verdade. Em carta, o ator Wagner Moura afirmou: “É importante refletir sobre a história do militante Marighella. Para que aqueles que ocupam hoje o Palácio do Planalto não a silenciem. Eles têm medo da cultura, da arte, do pensamento crítico”.

O deputado Hilton Coelho justificou a homenagem: “Desde o fim da ditadura militar, o delegado Sérgio Fleury, artífice da emboscada que assassinou Carlos Marighella na Alameda Casa Branca, não foi lembrado e muito menos homenageado. Para ele, e para Carlos Alberto Brilhante Ustra, não foram feitas canções e poemas, estátuas e

nem monumentos. Seus nomes não batizaram escolas, praças, ruas e avenidas. Estão mortos, e assim permanecerão. Marighella vive. Fleury e Ustra estão mortos”.

DIA DE COMBATE A TORTURA

- A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou por unanimidade na última quarta (6) a criação do Dia Estadual de Combate à Tortura, 4 de novembro, data que marca o assassinato do ex-deputado baiano e guerrilheiro Carlos Marighella. Ele morreu numa emboscada em 1969, em plena ditadura militar. Autor da proposta, o deputado estadual Robinson Almeida (PT) justificou afirmando que é preciso consolidar a tortura como crime hediondo, sobretudo porque “temos um presidente que faz apologia à tortura e coloca um dos maiores torturados de nossa história como um ídolo a ser cultuado”.



Em carta, o ator Wagner Moura afirmou: “É importante refletir sobre a história do militante Marighella. Para que aqueles que ocupam hoje o Palácio do Planalto não a silenciem...”.



Bolsonaro lança um plano diabólico, duro e cruel: é o “Menos Brasil, Mais Arrocho”

Capitaneado pelo banqueiro e ministro da Economia, Paulo Guedes, o governo Bolsonaro mais parece um poço sem fim de maldades contra o próprio país e, especialmente, contra a classe trabalhadora. Semana passada lançou um pacote de medidas, chamado de “Mais Brasil”, cuja melhor tradução sugerida por economistas seria de “Menos Brasil, Mais Arrocho”. São medidas duras, que alteram em profundidade o estado brasileiro, abalando a camada mais pobre e deixando de lado a parte mais rica da população.

O pacote “Menos Brasil, Mais Arrocho” é constituído de três propostas de emenda constitucional que, a grosso modo, podem diminuir investimentos em saúde e educação, reduzem jornada e salário de servidores públicos e extinguem pequenos municípios. Isso a grosso modo, porque por todos os lados sobram maldades. “Esse tsunami de medidas que atacam a classe trabalhadora e os mais pobres do país deram errado em vários locais do mundo e vão dar aqui também. O que o Brasil precisa é de medidas que gerem emprego e renda e promovam o bem-estar da população”, ataca o presidente da CUT Nacional, Sérgio Nobre.

AS TRÊS MEDIDAS – Uma das medidas é a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) chamada de “Pacto Federativo”, ou proposta dos três “ds”: desobriga promoções e reajuste salarial, desindexa benefícios (não terão aumento conforme a inflação) e desvincula os gastos mínimos com saúde e educação, derrubando obrigações. Nessa mesma medida está a previsão de extinção (e consequente fusão) de municípios com menos de 5 mil habitantes e baixa arrecadação. São 1.254 municípios brasileiros nessa situação, 10 deles na Bahia.

Já na chamada “PEC dos Fundos Públicos” está prevista a extinção de 281 fundos públicos, com o que permitirá ao governo utilizar R\$ 220 bilhões neles depositados para – vejam só – para o pagamento da dívida pública. Os banqueiros, sempre eles, os grandes favorecidos.

Na “PEC Emergencial” o alvo é o servidor público. Ela dá à União, estados, municípios e distrito federal o direito de reduzir jornadas e salários de servidores caso as despesas excederem 95% da receita corrente. Tanto ela quanto a “PEC do Pacto Federativo” tem mecanismos automáticos de ajustes que proíbem a promo-

Na “PEC Emergencial” o alvo é o servidor público. Ele dá à União, estados, municípios e distrito federal o direito de reduzir jornadas e salários de servidores caso as despesas excederem 95% da receita corrente.

ção de funcionário público, mesmo que ele tenha direito. De fora dessa regra, os “privilegiados”, estão os de sempre: integrantes do poder judiciário, membros do Ministério Público, militares e policiais.

Além de suspender as promoções, os servidores não terão reajustes e podem ter redução de 25% da jornada de trabalho e mesma redução de salário. Estados e municípios não poderão realizar reestruturação de carreira dos servidores, fazer novos concurso e criar verbas indenizatórias.

Muitos desses pontos, segundo políticos de grande experiência, estão sendo colocados para “distrair” a atenção do povo com projetos que não serão acatados no Congresso, como a extinção de municípios, enquanto outros projetos tidos por eles como importantes tomam corpo e são aprovados. O plano é diabólico.

O CHILE E LOGO ALI - Incapaz de criar projetos de desenvolvimento econômico com justiça, inclusão social, geração de emprego decente e renda, o governo Bolsonaro segue impondo medidas de arrocho à classe trabalhadora. Medidas que reduzem o tamanho do estado brasileiro, deixando-o ser conduzido e sugado conforme o desejo dos grandes empresários.

É uma política neoliberal (redução do estado) dura, que não deu certo onde foi implantada e que tem no Chile o exemplo do que vem por aí. O arrocho trará mais opressão à classe trabalhadora e os protestos virão juntos. Conduzido pelo banqueiro Guedes, o governo Bolsonaro chega ao décimo mês sendo incapaz de propor medidas para reaquecer a economia, só propondo aprofundar as desigualdades. Assim, pode levar o país rapidamente ao caos.

Protestos e violência seguem no Chile e cobram uma nova Constituinte

Um após outro, todos os dias desde 18 de outubro, os protestos seguem tomando as ruas de Santiago, a capital, e de algumas das maiores cidades do Chile e atos de solidariedade começam a ser feitos em outros países. Na última quinta (7) aconteceu em São Paulo, onde um grupo de jovens sindicalistas da América do Sul e Caribe fez manifestação diante do prédio do Consulado do Chile.

Duas representantes sindicais do Chile e do Brasil, Sandra Marin e Denise Motta Dau, ambas da Internacional de Serviços Públicos (ISP), entregaram ao cônsul Alejandro Sfeir Tonsic uma carta reivindicando o fim imediato da repressão militar e a convocação de uma assembleia nacional constituinte. Ou seja, dentro e fora do país, os protestos exigem uma refundação legal do país (nova Constituição) e o afastamento do presidente Sebastián Piñera.

Sandra Marin informou que as manifestações de rua continuam “de segunda a segunda, sem descanso”, disse ela, que é responsável pelo Comitê de Combate ao Racismo no Cone Sul da ISP. “Todos os dias, diferentes coletivos convocam marchas. São várias por dia, convocadas por estudantes, trabalhadores, moradores dos bairros, indígenas, cada uma com cinco mil pessoas, em média. Termina uma, começa outra”, conta Sandra, que é da etnia mapuche.

Ainda na semana passada os protestos atingiram a parte mais rica de Santiago e a Justiça anunciou ter acolhido uma ação para investigar o presidente por suposta responsabilidade em crimes contra a humanidade cometidos no contexto dos protestos sociais. O Ministério Público anunciou que vai denunciar 14 policiais por excessos na repressão. Mais de 100 pessoas sofreram lesões nos olhos por balas disparadas por militares.

Seminário aponta uma nova era para o saneamento rural na Bahia

ERICK MAIA



A assinatura de um termo de cooperação entre Embasa e Cerb, a implantação de um novo sistema comunitário em Caetité e os estudos da Cerb para implantar dez novos conjuntos de abastecimento no interior baiano arrancaram um sorriso do sociólogo João Lopes, semana passada, no auditório da União dos Prefeitos da Bahia (UPB). Ali se realizou por três dias (5 a 7 deste mês) o X Seminário dos Sisar's e Centrais.

O sorriso de João fica por conta de que esses três fatos podem significar um novo ciclo para o saneamento rural da Bahia, assim como já é no Ceará e Piauí. Ao lado dos engenheiros Genival Lívio de Abreu e Néelson Lima, ele formou o trio de empregados da Cerb que concebeu as centrais de abastecimento que, mais de 20 anos atrás, surgiram em Seabra e Jacobina para atender pequenas comunidades rurais esquecidas no escaldante sertão baiano. A ideia vingou e o banco alemão KfW financiou o vitorioso projeto, uma experiência copiada e ampliada sobretudo pelo Ceará, onde foi implantado com o nome de Sistema Integrado de Saneamento Rural (Sisar). Já existem vários. O Piauí também gostou e adotou o projeto.

A Cerb tem estudo para implantar dez novas centrais e a Embasa já mapeou 76 pequenos sistemas rurais que podem ser ou transferidos para as centrais já existentes (Seabra e Jacobina) ou absorvidos em centrais a serem implantadas. O termo de cooperação entre Cerb e Embasa promete aju-

dar a quem está envolvido no saneamento rural, dando todo tipo de suporte.

Presente no seminário, o secretário de Infraestrutura Hídrica, Leonardo Góes, afirmou que “as centrais de abastecimento são um caminho certo para atender as pequenas comunidades” e que o estado tem o apoio do Banco Mundial para investir em novos projetos. O presidente da Cerb, Antônio Eduardo Matos, lembrou que está chegando um novo período de seca e que é preciso correr para atender o semiárido baiano. Para ele, há saída: “o saneamento rural precisa deixar de ser a ovelha negra do saneamento. Isso se faz com vontade política e recursos no orçamento”.

Secretário do Sindae, o companheiro Danillo Assunção criticou a separação da Embasa e Cerb em diferentes secretarias estaduais, o que só amplia os custos, e cobrou do governo, mais uma vez, a regulamentação da Lei 11.172, que criou a Política Estadual de Saneamento Básico. Também advertiu para o Projeto de Lei 3261 que tramita no Congresso Nacional e altera o marco do saneamento: “Ele não trata do saneamento rural, só trata de lucro, só tem a vontade de empresário”.

Coordenador do Observatório Nacional dos Direitos à Água e ao Saneamento (Ondas), o engenheiro Marcos Montenegro reforçou o alerta de Danillo sobre o PL 3261, dizendo que “hoje, no Brasil, há muito esforço para falar das deficiências do

serviço público, mas não se faz uma campanha em busca de solução para os problemas, e a solução do saneamento não virá mediante empresa privada. O que se vê no PL 3261 é um desmonte de tudo que foi feito até aqui”. Ainda segundo ele, os maiores prejudicados serão os municípios, que perdem o poder titular (de decisão) sobre o saneamento, assim como os estados perdem com o fim de suas companhias estatais, caso o projeto seja aprovado.

Não é o Bouboulina, dizem especialistas

Depois que a Polícia Federal colocou sob suspeita do derramamento de óleo no Nordeste o navio grego Bouboulina, especialistas da Universidade Federal de Alagoas indicam que ele pode não ser o responsável pelo vazamento. Uma mancha de óleo foi detectada na mesma do navio dois dias antes da passagem dele.

Segundo os investigadores, baseados em imagens de um satélite europeu, a mancha de óleo vista na época teria 85 quilômetros de extensão por um de largura, e ela estaria sendo seguida por dois navios, um grande e outro pequeno. O mesmo grupo de investigação diz ter analisado todo o trajeto do navio Bouboulina, sendo ele o improvável causador do estrago ambiental.

Desastre ambiental alcança Parque de Abrolhos e avança em direção ao Sul do país

ENRICO MARCOVALDI

Berço da biodiversidade marinha no Atlântico Sul, o Parque Nacional de Abrolhos figura no rol das vítimas do derramamento criminoso de petróleo cru no litoral do Nordeste. A contaminação aconteceu no último dia 2 e marca um novo e grave prejuízo ambiental: “É uma tragédia”, disse o biólogo Gustavo Duarte, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Criado em 1983, o Parque Nacional de Abrolhos é a primeira unidade de conservação marinha do país, abriga as cinco ilhas do arquipélago e concentra alguns dos principais bancos de corais do litoral brasileiro, incluindo espécies ameaçadas de extinção como os corais-de-fogo. Também registra cerca de 1.300 espécies de plantas e animais, incluindo as baleias-jubarte, que buscam as águas calmas do santuário para acasalamento.

Levada pela corrente marítima, a mancha de óleo vai escorrendo pelo litoral, atingiu Prado, Porto Seguro e já está próxima da divisa da Bahia com o Espírito Santo. Foram detectados fragmentos de óleo nos municípios de Caravelas e Nova Viçosa, no Extremo Sul do estado. Depois deles, só fica Mucuri na fronteira baiana com as terras e mares capixaba, entrando assim na região Sul do país.

PROTESTO E PERDAO – Na última terça (5), um grupo de pescadores, marisqueiras, adeptos de religiões de matriz africana e quilombolas realizaram um protesto no Rio Vermelho. Foi o “Ato em Defesa das Águas”, onde foi cobrada mais assistência do



poder público às famílias afetadas pelo desastre ambiental e pedido perdão a Iemanjá, rainha das águas, por tamanha agressão. O grupo também criticou o governo federal por não estar sabendo lidar de forma adequada com o derramamento de petróleo no mar. Os pescadores e marisqueiras citaram que não estão trabalhando porque ninguém está comprando o pescado.

SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA

– Por conta do crime ambiental, o governo do estado incluiu mais 15 municípios na declaração de situação de emergência: Belmonte, Cairu, Camamu, Canavieiras, Igrapiúna, Ilhéus, Itacaré, Itaparica, Ituberá, Marau, Nilo Peçanha, Taperoá, Una, Uruçuca e Valença. Agora a Bahia tem 21 municípios nessa condição, sendo que os primeiros incluídos nesse regime foram os de Camaçari, Conde, Entre Rios, Esplanada, Jandaíra e Lauro de Freitas.

Criado em 1983, o Parque Nacional de Abrolhos é a primeira unidade de conservação marinha do país.

Comissão do Senado aprova “PEC Paralela” e mira previdência dos servidores públicos

Na sequência interminável de reformas que implicam em corte de direitos para a classe trabalhadora, a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) do Senado aprovou na última quarta (6) a proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a inclusão de estados, Distrito Federal e municípios no novo regime de previdência da União, instituído pela reforma da Previdência. É a chamada “PEC paralela” que agora segue para duas votações no plenário do Senado e, posteriormente, outras duas votações no plenário da Câmara dos Deputados.

É o início de um ritual para desmonte de direitos na esfera dos servidores públicos, dentre tantos que estão em andamento. Ao terminar sua passagem pelo Congresso Nacional, as regras da PEC Paralela precisam ser aprovadas pelas casas legislativas dos estados, municípios e distrito federal. A adesão às novas regras se dará por lei ordinária dos entes da federação.

Reforma da previdência sai nesta terça e tem muitas consequências

Cantada em verso e prosa pelo governo, deputados e senadores aliados, a reforma da previdência deve ser promulgada pelo Congresso Nacional nesta terça (12) em ato conjunto da Câmara dos Deputados e Senado Federal, tendo ainda a presença do presidente Bolsonaro. A promulgação estava prevista para o dia 19, mas é um “pacote de maldades” que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre, resolveu antecipar.

Mas, o que é festa para eles, é motivo de revolta para a classe trabalhadora, que sai perdendo bastante com as mudanças no regime previdenciário: dentre as maiores perdas estão o aumento da idade para aposentadoria, a queda substancial no valor do benefício, redução e corte de bene-

fícios, como na pensão por morte.

A reforma trará várias dores de cabeça e certamente muitos problemas serão levados para a Justiça. Um deles é que, com a aposentadoria, empregados públicos (caso de Embasa e Cerb, por exemplo), que se aposentarem seguindo as novas regras, devem ser afastados automaticamente do serviço. Prevê, ainda, uma aposentadoria compulsória para quem alcançar 70 anos, seguindo a regra do funcionalismo público.

Vale salientar que, os que já estão aposentados ou os que já requereram a aposentadoria, portanto tendo direito adquirido, não serão alcançados pelas novas regras da reforma da previdência.

Empregados (as) se despedem conhecendo a entidade que ajudaram a construir

FRANCISCO (CHICO DO SINDAE)



Enfim, chegou a hora. Um grupo de cinco empregados (as) da Embasa homologou a rescisão contratual na última sexta (8), no Sindicato, e aproveitou para conhecer a sede da entidade que ajudou a construir mediante a contribuição mensal. Conheceu o auditório, percorreu salas da diretoria, a assessoria de imprensa, sala do estúdio improvisado para transmissões via internet, assessoria jurídica, enfim, viu de tudo e se disse satisfeito.

O grupo foi recebido pelo coordenador Grigório Rocha e pelo diretor de Relações Sindicais, Edmilson Barbosa. São companheiros com décadas de serviço, em

diferentes unidades da empresa, que agora vão percorrer novos caminhos, novas aventuras, como Sandoval Teixeira, funcionário do EL de Tabocas do Brejo Velho, região de Barreiras. Após longos 41 anos e 3 meses de Embasa, agora "vou cuidar de gado". Tá certo. A região dele é forte na pecuária e ele vai fazer o que gosta. Além dele estiveram ainda o companheiro José Paranaguá, que foi por longo tempo da Assessoria de Comunicação e teve passagem pela UCE, Parque do Queimado, sendo dirigente do Museu da Água, e mais Valdilene dos Santos (EL de Cipó), Gercindo de Jesus (Itabuna) e Vanildo Pereira dos Santos (EL de Dias D'Ávila e tio do saudoso companheiro Walter).

Fogo devasta Rio de Contas, que decreta situação de emergência

Com temperatura alta e tempo seco na região, o incêndio segue castigando serras no entorno de Rio de Contas, na Chapada Diamantina, onde mais de mil hectares de vegetação foram queimados. Apesar do empenho de bombeiros e brigadistas, há dias nessa luta, esse já se configura num desastre de grande proporção: além da mata, o fogo matou animais e terá consequência nos mananciais de água, provocando a sua destruição.

Há dias o incêndio vem castigando a região, passando para serras dos municí-

pios vizinhos, como Livramento de Nossa Senhora e Abaíra. O prefeito de Rio de Contas, Cristiano Cardoso, decretou situação de emergência na última terça (5) e classificou de "catastrófica" a ação do fogo. Ele fez um apelo para que produtores da região tenham cuidado, evitando provocar queimadas. Seis reservas particulares do patrimônio natural já foram afetadas até a semana passada. O combate aos vários focos de incêndio está sendo feito por 23 bombeiros militares e 13 brigadistas, com apoio de seis aeronaves e um helicóptero.

Gotad'água

EXPEDIENTE

Sindicato dos Trabalhadores em Água, Esgoto e Meio Ambiente no Estado da Bahia (Sindae), filiado à FNU/CUT;
Responsabilidade: Diretoria Executiva;
Editor: José Sinval Soares;
Tiragem: 8.000 exemplares;
Endereço: Rua General Labatut, nº 65, Barris. Salvador – Bahia
CEP: 40070-100; Tel.: (71) 3111-1700
Email: sindae@sindae-ba.org.br



OMDPTCAA – EPB

siga-nos: [f /sindaeba](https://www.facebook.com/sindaeba) [ig /sindaeba](https://www.instagram.com/sindaeba) [@sindaebahia](https://twitter.com/sindaebahia) [yt /user/sindaeba](https://www.youtube.com/user/sindaeba)

TOMENota

SAAE DE CURAÇÁ

Trabalhadores (as) do Saae de Curaçá estão mobilizados (as) para cobrar da autarquia a implementação do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS), especialmente no tocante à correção das faixas salariais. O atual gestor prometeu corrigir a situação em sua gestão e, passados três anos, até agora isso não aconteceu. O Sindicato solicitará reunião com representantes do Saae e da Prefeitura visando resolver o problema.

ACORDO MILIONÁRIO

Alvo de duas ações civis públicas, a Pirelli Pneus assinou acordo judicial prevendo correção de várias irregularidades trabalhistas em sua fábrica, em Feira de Santana, além do pagamento de indenização por danos morais coletivos de R\$ 2 milhões. A empresa foi denunciada por cometer infrações referentes à segurança dos (das) trabalhadores (as), que chegaram a resultar na morte de dois empregados, além do descumprimento do acordo coletivo de trabalho.

CESTA BÁSICA

O valor da cesta básica ficou praticamente estável em Salvador (teve aumento de 0,76%) em outubro, segundo pesquisa do Dieese. Com essa variação, a aquisição dos 12 produtos integrantes da cesta passou para R\$ 347,65, sendo R\$ 2,61 a mais em relação à setembro. Ele novo valor corresponde a 37,86% do salário mínimo.

PLÁSTICO FORA

Passou em segunda votação na Câmara Municipal de São Paulo projeto proibindo o uso de talheres, pratos, copos e outros utensílios de plástico de uso único por restaurantes, bares, hotéis, padarias e outros estabelecimentos comerciais da capital. Falta a sanção do prefeito para se tornar lei. É mais uma medida para conter a degradação ambiental. O descumprimento da lei dará multa e pode chegar ao fechamento da casa comercial.

AUXÍLIO DOENÇA

O pagamento de auxílio-doença a trabalhadores (as) feito pelo INSS pode ser via empresas. A mudança na regra será discutida pelo Congresso Nacional. O governo alega que assim elimina o risco do (da) empregado (a) ficar sem salário enquanto aguarda perícia, mas na verdade quer reduzir mais o quadro de pessoal do INSS, não contratando novos peritos médicos.

MINA DE OURO

A economia está parada, não tem emprego mas os bancos não perdem a mina de ouro. Tiveram rentabilidade recorde no primeiro semestre, conforme o Banco Central. Nada não: o retorno sobre o patrimônio líquido foi de 15,8% em junho deste ano, patamar semelhante ao de março de 2012, quando bateu em 15,9% e a economia estava aquecida.